

ENSINAR
CIDADANIA
COM ARTE
OLHA PARA O QUE EU FAÇO ...
NÃO OLHES PARA O QUE EU DIGO!

Anabela Moura

Professora Adjunta na ESE-IPVC

Gabriela Barbosa

Professora Adjunta na ESE-IPVC

Resumo

Neste artigo são abordadas questões relacionadas com o ensino do conceito de cidadania na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Portugal. Através da análise de práticas artísticas, propomo-nos determinar como conceitos de cultura, património, educação para o desenvolvimento, aprendizagem de serviço e direitos humanos na sociedade são abordados em atividades curriculares e como as perspectivas interdisciplinares são consideradas a via adequada para tais abordagens em termos de Educação Artística na Escola do século XXI.

Palavras-chave

Cidadania. Educação para o Desenvolvimento. Aprendizagem de Serviço. Educação Artística.

Abstract

This article will approach issues related to the teaching of the concept of citizenship according to Higher School of Education of the Polytechnic Institute of Viana do Castelo, Portugal. Through the analysis of artistic practices, we propose to determine how concepts of culture, heritage, education for development, service learning and human rights in society are addressed in curricular activities and how interdisciplinary perspectives are considered the appropriate way to such approaches in terms of Art Education in the 21st Century School.

Keywords

Citizenship. Education for Development. Service - Learning. Artistic Education.

Introdução

A relevância da dimensão atitudinal no campo educativo é um imperativo atual. Por um lado, e face às mudanças mundiais a nível económico, social, político e cultural, ou seja, perante todas as metamorfoses provocadas por um mundo globalizado, torna-se emergente fomentar valores e atitudes associados à solidariedade, justiça social e direitos humanos (Bayo, Loma, & Aristizábal, 2004). Por outro lado, a transmissão de conhecimentos meramente disciplinares e estanques não responde às necessidades atuais e futuras de um mundo tecnológico, exigindo-se que os nossos alunos adquiram conhecimentos e competências para se tornarem cidadãos de uma comunidade global (Banks, 2004). Para tal, a escola de hoje é pensada para proporcionar aos jovens a oportunidade de construir um pensamento de cidadania crítica (Gomes et al., 2017), promovendo uma conduta autónoma, criando espaço para reflexões e permitindo a aquisição de novas capacidades que serão úteis ao longo da vida, sinalizando mudanças no papel da educação de maneira a criar sociedades mais justas, pacíficas, tolerantes e inclusivas.

Celorio & López de Munain (2007) referem que o processo educativo de aprendizagem deve ser crítico e orientado para a ação. A lecionação dos conteúdos deve permitir aos alunos desenvolver diferentes potencialidades, habilidades e processos de autorreflexão, visando a formação de juízos de valor, a construção e reconstrução de perspetivas, experiências e significados. Face a estas alterações, espera-se do professor um novo papel, alguém que adapta as estratégias às necessidades de cada aluno, diferenciando o processo de ensino e de aprendizagem (Schleicher, 2012). A aprendizagem de serviço é uma metodologia pedagógica que combina, numa só atividade, a aprendizagem dos conteúdos, competências e valores com tarefas de serviço à comunidade e a aprendizagem adquire um sentido cívico (Opazo et al, 2014).

Educar para a Cidadania e Desenvolvimento: um caminho através da Arte

Pensar em cidadania e desenvolvimento, implica recontextualizar a educação no sentido de um caminho transformador que educa cidadãos e os compromete com as questões sociais, capazes de compreender o mundo em que vivemos, e agindo sobre ele. Estamos perante um redimensionamento do papel da Escola, instituição que precisa de se comprometer com uma Educação Global atenta às realidades do mundo, permitindo a participação dos alunos, de forma dinâmica

e consciente, nas problemáticas do mundo, tendo como alvo o bem-estar individual, local e global (Boni, 2006).

“A Educação Global é uma educação capaz de abrir os olhos e as mentes das pessoas para as realidades do mundo, despertando-as para contribuírem para um mundo com mais justiça, equidade e direitos humanos para todos” (Declaração de Maastricht sobre a Educação Global, 2002). Quando falamos em educar para a cidadania e desenvolvimento estamos a munir o público escolar com ferramentas de sensibilização, consciencialização e combate à desigualdade e à injustiça social. A assunção destes pressupostos implica flexibilização, atividades curriculares e perspetivas interdisciplinares. Educação para o Desenvolvimento é por nós aqui definido não apenas como um conceito meramente relacionado com crescimento económico, mas também como meio de fortalecimento de capacidades a nível intelectual, criativo, afetivo, moral e espiritual, que possam contribuir para o desenvolvimento humano e para projetar o nosso futuro de uma forma integrada. Nesta relação entre a ideia de Cidadania, Artes e Educação para o Desenvolvimento, faremos uma reflexão sobre os objetivos e estratégias e as mais-valias que lhe estão associadas, bem como experiências e soluções que dela resultam.

Enquadramento político-educativo

A nível político-educativo, como referido anteriormente, verifica-se que o Ministério da Educação tem vindo a insistir na importância da dimensão cívica no campo educativo, assim como na importância de uma estratégia que promove as artes e a cultura no universo escolar. O contexto legislativo que se segue sustenta a discussão teórica apresentada.

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) – Promoção da Cidadania Global

A Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) – Promoção da Cidadania Global - foi estabelecida pelo Despacho conjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação nº 25931/2009, de 26 de novembro. Trata-se de um documento orientador para a intervenção escolar em ED, com o propósito de promover uma aprendizagem cívica e que vigorou até 2016. A cria-

ção de uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento foi extremamente importante para Portugal, uma vez que responsabiliza a comunidade pelas ações locais que têm um impacto global. Na verdade, passamos de uma noção tradicional de cidadania muito centrada nas dimensões nacionais de inclusão/exclusão para uma dinâmica que inclui a complexidade dos movimentos migratórios e a globalização em todas as suas vertentes. Perante este contexto, uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento assume-se como um instrumento facilitador da promoção efetiva de ED, contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs que assumam uma postura ativa perante as injustiças locais e globais. Pretende-se, portanto, promover, através da aprendizagem, atitudes de cidadania global, sensibilizando a sociedade para as questões do desenvolvimento. Em 5 de julho de 2018 foi aprovada em Conselho de Ministros a nova estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022). Esta nova estratégia sucede à Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2016 (ENED 2010-2016), pretendendo dar resposta a uma das principais conclusões da sua avaliação externa, que propõe “proceder à atualização da Estratégia, dado o reconhecimento nacional e internacional da sua relevância social, política e educativa” (Diário da República, 2018, p. 3190). Além disso, relaciona-se com a aprovação, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução “*Transformar o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, tendo como base 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A ENED 2018-2022 associa-se à Meta 4.7 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 - Educação:

até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (Diário da República, 2018, p. 3190)

É com base neste objetivo que o XXI Governo Constitucional reforçou a Cidadania nos currículos escolares, tendo aprovado, em 2017, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), sendo a ED uma das áreas temáticas da Educação para a Cidadania (Diário da República, 2018, p. 3190). Efetivamente, e

perante os desafios que se colocam à nossa sociedade de hoje, que se confronta com problemas globais de crises humanitárias, desigualdades, alterações climáticas entre outras, urge educar para o exercício de uma cidadania democrática.

Neste sentido, se enquadra a criação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento como fazendo parte do currículo, porém com organizações diferentes ao longo da escolaridade obrigatória. Sendo trabalhada transversalmente no 1º ciclo do Ensino Básico, autonomamente no 2º e 3º ciclos e com o contributo de todas as áreas no Ensino Secundário. Trata-se, portanto, de um espaço curricular privilegiado para operacionalizar as temáticas de ED na escola (Direção Geral de Educação, 2017). Acredita-se, assim, que esta estratégia permitirá intervir em três dimensões claras, a saber: uma atitude cívica individual, relacionamento interpessoal e relacionamento social e intercultural.

Conclui-se, portanto, que a cidadania democrática constitui uma das áreas de intervenção educativa do XXI Governo Constitucional, surgindo, igualmente, no centro da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030.

Ao nível da educação artística é criada ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro a Equipa de Educação Artística (EEA) da Direção-Geral da Educação (DGE) - Ministério da Educação (ME). Trata-se de uma equipa multidisciplinar que desenvolve a sua atividade no âmbito da Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular (DSDC). Apresenta como objetivos nucleares: 1) a promoção de um plano de intervenção no domínio das diferentes formas de arte em contexto escolar; 2) a coordenação, o acompanhamento, o desenvolvimento de estudos e a proposta de orientações, em termos pedagógicos e didáticos, para a educação artística genérica; 3) a promoção de dinâmicas de trabalho sistemático entre as instituições de cultura e as instituições escolares; 4) o desenvolvimento de modelos alternativos de formação estética e artística dos profissionais de educação; e 5) a identificação das necessidades de recursos pedagógicos específicos requeridos para uma melhor aprendizagem na área artística da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário. Neste sentido através do Programa de Educação Estética e Artística, desenvolve-se um plano de intervenção que visa implementar uma estratégia integrada, a nível nacional, no domínio das diferentes formas de arte em contexto escolar: as artes visuais, a dança, a música, o teatro.

Quer a Cidadania e Desenvolvimento quer a Educação Estética e Artística coexistem como dimensões explícitas no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (Martins, 2017). Não sendo aqui lugar para explanar este documento, nele está configurado o que se pretende que os jovens alcancem no final da sua escolaridade obrigatória. Jovens comprometidos com os valores da cidadania, que respeitam a diversidade cultural; que entendem, protegem e valorizam a diversidade estética e artística; que sabem agir de acordo com os princípios dos direitos humanos, percebendo a relação entre direitos, deveres e responsabilidades. Este sucinto enquadramento político-educativo de que demos conta configura o discurso oficial, orientando para aquilo que se pretende sejam metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a implementar nos contextos escolares do ensino básico e secundário. Neste sentido parece-nos fundamental que as instituições de ensino superior responsáveis pela formação inicial e contínua de professores o considerem como discurso de referência na elaboração dos programas curriculares e projetos a desenvolver na formação de futuros professores e de outros futuros profissionais com conexões diretas, mas não formais, aos contextos educativos (Decreto Lei no 55/2018 de 6 de Julho do Ministério da Educação). É neste pressuposto que se desenvolveram as práticas e experiências de formação que daremos conta neste artigo: uma prática educativa no ensino da cidadania através das artes.

Teoria, Prática, Criação

O entendimento da articulação da teoria, prática e criação tornou-se um tema muito pertinente para os professores em geral e especificamente para os que lecionam as artes e buscam nas artes, tal como Irwin (2008, p. 88) refere, um meio de ampliar sua compreensão de ideias e práticas. Na década de 1980 as ideias de Brian Allison (1972; 1982) e Rachel Mason (1988) em Inglaterra sobre investigação em arte, foram muito inovadoras e eram já um exemplo de novas perspetivas de ação. Estava claro que o papel das artes na educação era fortemente afetado pela forma como os professores e alunos viam o papel da arte fora da escola. Essa situação prevalece e continua a ver-se privilegiar unicamente o uso de materiais e a criação de imagens somente porque o têm de fazer na escola, reduzindo desse modo as atividades artísticas a meras tarefas escolares ‘agradáveis’. Por outras palavras, ao longo das últimas décadas as artes mudaram, mudaram os jovens e a nossa forma de ‘ver’, pensar e interpretar o mundo, mas os ‘velhos’ métodos man-

têm-se. As atividades nas aulas de expressão plástica, ou educação visual continuam a limitar-se ao tradicional trabalho manual, onde as crianças e adolescentes são ensinados a fazer presentes para a família, ou decorações para os eventos da escola, sem terem noção alguma sobre cultura visual, sobre o desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação. A esse propósito Allison (1992) afirmava que a arte em contexto promoveria o desenvolvimento pessoal através das artes e que isso facilitaria a aquisição de competências e conhecimento crescente de possibilidades e significados da arte que implicavam: (i) a exploração visual do mundo envolvente; (ii) O desenvolvimento da percepção; (iii) O desenvolvimento de competências no controle de materiais; (iv) Expressão visual de percepções, ideias e sentimentos; e (v) Desenvolvimento da capacidade de resposta a e discussão acerca do seu próprio trabalho. Desta forma assumia como métodos a “narrativa, autobiografia, prática etnográfica [...] questionamento poético, estudo de si”, característicos de uma pesquisa qualitativa, também usados pelas áreas das ciências humanas, tais como sociologia, antropologia, a história ou psicologia.

Quase três décadas depois, verificamos que isso continua a não acontecer nas salas de artes, apesar de ser esse o caminho certo para o desenvolvimento de um conhecimento do papel da Arte na sociedade. Criar, segundo Allison (idem), para além de desenvolver a confiança e a competência artística, envolve expressar esteticamente ideias, sentimentos, crenças pessoais através do uso de processos, meios e técnicas adaptadas às necessidades, interesses e capacidades manipulativas dos estudantes. Mas como se pode expressar ideias sobre ‘aquilo’ que não se conhece? Segundo o mesmo investigador, a noção do criar alia-se à do apreciar, ou seja, dar respostas pessoais aos trabalhos técnico-artísticos. Apreciar envolve analisar, interpretar, comparar e julgar diferentes espécies de objetos e imagens. Implica não só desenvolver um interesse e conhecimento sobre algo, sobre artistas, artesãos, designers, sobre a história da arte e dos ofícios, como também sobre as qualidades estéticas do meio ambiente natural e construído. O desenvolvimento do crescimento da compreensão do papel da arte através da história da humanidade e do seu impacto nos campos social, económico e espiritual implica o professor e alunos no ensino-aprendizagem de diferentes formas de meios de expressão e de arte; Diferentes papeis e contribuições das artes e dos artistas; Diferentes fontes de imagens artísticas; Diferentes formas culturais e diferentes propósitos de

Arte, por exemplo africana, asiática e outras; E diferentes localizações da arte, por exemplo galerias, museus, casas, livros, edifícios, indústria e outros. Nesta perspectiva, as artes podem contribuir, conjuntamente com outras disciplinas, para o desenvolvimento dos planos da formação pessoal e social, promovendo a estruturação de valores, interesses e comportamentos em função de uma atitude de abertura crítica e interveniente numa sociedade que democraticamente se tenta ‘modelar’ em função de um futuro imprevisível, onde a verdadeira certeza é o lugar da incerteza. Na interseção dos domínios perceptual, analítico-crítico, histórico-cultural e produtivo-expressivo (Allison, 1992), explora-se a expressão, a resolução de problemas e a relação dialética indivíduo/sociedade, em termos de avaliar e decidir, para criar e fruir.

Se até 2030 temos de garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, a cidadania e o desenvolvimento, como estão os estudantes, futuros professores de Educação Básica a abordar através das Artes, a questão dos direitos humanos, da igualdade de género, da promoção de uma cultura de paz, de cidadania global, de diversidade cultural e de desenvolvimento sustentável? Como tornar as crianças em cidadãos críticos, criativos e que saibam ver, ouvir e sentir com o coração, preparados para atuar na sociedade e construir a sua história?

Uma Experiência Artística e Sociológica numa Escola de Ensino Superior

A experiência que aqui descrevemos investiga sobre uma prática educativa no ensino da cidadania através das artes, numa instituição de Ensino Superior que aposta na colaboração interdisciplinar e interinstitucional, na formação de professores de Educação Básica. O objetivo da experiência foi investigar uma metodologia de aprendizagem de serviço que permitisse

familiarizar os estudantes com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento que, tal como dito previamente, se assume como um instrumento eficaz para promover uma verdadeira ED, contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs que assumam uma postura ativa perante as injustiças locais e globais. As imagens são parte do mundo social e, tal como Hernández (2006) afirma, são um poderoso recurso, pelos significados que elas veiculam:

Isso nos leva a pensar que o currículo de educação para a compreensão da cultura visual deva abordar as imagens como representações sociais.

- Transdisciplinarmente.
- Baseando-se nas características evolutivas, sociais e culturais dos estudantes.
- Estabelecendo conexões interculturais.
- Partindo de uma posição social crítica. (p. 140)

As crianças chegam à nossa sala de aula e trazem um manancial de conhecimento, resultante dos contextos socioculturais em que são criados e de épocas históricas que representam um determinado tipo de valores. Contudo, há duas décadas que temos vindo a alertar (Moura, 2000; 2002), para o facto que o principal problema da abordagem das questões culturais nas salas de aula é o contínuo negligenciar da cultura e da história numa perspectiva multicultural (Cahan & Kocur, 1996). As estratégias usadas pelos professores de artes (e todo o conteúdo curricular de forma geral) continuam a privilegiar a arte ocidental, ignorando os intercâmbios sociais e interculturais que influenciaram e continuam a influenciar a sociedade portuguesa na atualidade.

Metodologia

A ESE foi pioneira na oferta de cursos de formação inicial e contínua neste âmbito, tendo realizado desde 1993 formações no âmbito da Educação Inter/Multicultural, formação na Educação para a Cidadania através das Artes, publicando artigos e desenvolvendo projetos e investigações de Doutoramento e Mestrado, que apoiaram a fundamentação teórica de diversas disciplinas de licenciaturas e edições de Mestrado. Diversos projetos, uns já finalizados, outros em execução, têm sido desenvolvidos na Formação Inicial de uma Escola Superior de Educação, visando a ED através de opções pedagógicas interdisciplinares com a educação artística. Privilegiando-se metodologias de matiz interpretativa e qualitativa, reflete-se sobre a necessidade de se promover uma Educação para o Desenvolvimento, mediante vivências artísticas e culturais e de exploração de uma cultura visual contextualizada. As

temáticas selecionadas pela equipa participante, são o resultado de uma estratégia de parceria entre agentes da cultura (Amnistia Internacional- polo de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Associação Juvenil de Deão e outros), da educação e das artes (Serviços Educativos do Museu de Barcelos, Associação Cultural e de Educação Popular, artistas e artesãos da comunidade) que graças ao seu esforço, diálogo e contínua disposição para enfrentar desafios, estimulam os estudantes a empreender novas iniciativas e ações concretas no âmbito da ED, através da cidadania e das artes.

Projetos sobre Educação para o Desenvolvimento através da Cidadania e das Artes

Em setembro de 2018 iniciaram-se as atividades académicas e, em diversos cursos foram planeadas sessões que iriam confrontar os/as estudantes com conceitos relacionados com novas abordagens curriculares, que os envolverá em projetos com a comunidade e os obrigará a pensar nos conceitos atrás mencionados de forma ativa. O que aqui apresentamos trata-se de uma reflexão dos primeiros passos dados nesse sentido e que envolveram os seguintes grandes temas: (i) Direitos Humanos (DH) e (ii) Multiculturalidade

Nas sessões sobre Direitos Humanos colaboraram membros locais da Amnistia Internacional (AI) e Membros da IPSS - Associação Cultural e de Educação Popular (ACEP). As atividades desenvolvidas com a AI, pretenderam contribuir para:

- Clarificação e familiarização dos participantes com o significado de conceitos, tais como cidadania, direitos humanos, diversidade, discriminação, solidariedade, igualdade de oportunidades, escravatura no passado e presente, minoria, estereótipos, preconceitos, Segunda Grande Guerra;
- Debate sobre as diferentes significações dos conceitos abordados, tendo em atenção o papel dos meios de comunicação, as conversas do quotidiano e casos reais;
- Consciencialização para fenómenos de exclusão, discriminação e violação dos direitos humanos;
- Sensibilização dos(as) estudantes para as dificuldades de obtenção de uma decisão por consenso, face a valores e conceitos morais (e.g. pena de morte);
- Debate sobre o conceito de símbolo e a forma como artistas (eg. Goya) os usam na arte que produzem, refletindo as suas vidas, ideais, aspirações, etc.

Com a ACEP pretendeu-se proporcionar a/o:

- Familiarização dos participantes com práticas de cidadania, a partir do conhecimento do funcionamento de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, ao nível das áreas de animação infantil;
- Promoção de ações concertadas e de colaboração interinstitucional, entre uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e uma Instituição de Ensino Superior (IES);
- Promoção de ações concertadas e de colaboração interinstitucional, entre uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e uma Instituição de Ensino Superior (IES);
- Fomento da participação social e formação de cidadãos ativos, críticos e participantes;
- Fortalecimento de competências artísticas, sociais e culturais, com base na AS.

Recursos/ Estratégias/ Procedimentos

Histórias reais relatadas pelos convidados(as); Imagens de obras de arte e dos meios de comunicação; Oficinas de Artes Plásticas da ACEP, com troca de experiências sobre situações concretas relacionadas com migrações, refugiados, discriminação e solidariedade.

A horizontalidade das relações e o diálogo entre todos os participantes tem vindo a estimular a participação de todos, (alunos e professores, investigadores de diferentes áreas científicas e outros parceiros das artes e da cultura), de forma crítica, envolvendo criativamente sujeitos numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Conceitos de cultura, identidade, cidadania, valores e direitos dos cidadãos, papel da arte na sociedade foram abordados. Era esperado que os estudantes se posicionassem na posição do 'outro' e se envolvessem num diálogo crítico, através de um exame dos valores fundamentais. Falou-se das migrações e de ciganos. A descrição de histórias de vida reais, consciencializou os participantes para a importância que a interação social tem no desenvolvimento pessoal e o diálogo na resolução de conflitos interpessoais.

Apreciações dos Estudantes acerca das Sessões

Apresentam-se alguns dos comentários de estudantes que participaram nestas sessões, que serviram de base para a avaliação da formação pela equipa de docentes e colaboradores Ensino Superior

(...) Confesso que antes desta sessão eu pensava que vinham para cá e não deviam, porque tinha a noção que vinham tirar o pouco que nos resta, trabalho, casas, rendimentos, alimentação, etc...

Mas com esta formação, e com o que nos contaram, com experiências que tiveram com migrantes, refugiados, explicaram-nos e conseguiram com que nos puséssemos um bocado no lugar de todos os que vêm de certa forma para o nosso país. (...) São assuntos que deveriam ser debatidos com frequência, porque fazem parte do nosso dia a dia. (MR, CTesP IEC, 2º ano, 8 de outubro 2018)

(...) Os DH têm mais a ver com a prática e a ação do que com a teoria, apesar de não a anular, por isso somos convidados a agir juntamente com a AI, apoiando-os na maratona de cartas no mês de novembro (...) (MPM, CTesP AT, 1º ano, 11 de outubro 2018).

(...) Falamos dos verdadeiros heróis da História (...) (CC, CTesP AT, 1º ano, 11 de outubro 2018)

(...) é sem dúvida um tema importante e bastante complexo, na minha opinião o bem-estar populacional, o combate à pobreza, a solidariedade e a exclusão social (...) as pessoas que vêm para o nosso país, muitas vezes não se sentem preparadas para se relacionarem, pois muitas vezes ainda não sabem a língua, assim como também não conhecem a nossa cultura (PG, CTesP IEC, 2º ano, 25 de setembro 2018)

As sessões que privilegiaram a multiculturalidade contaram com a presença de um especialista em Educação para o Desenvolvimento, membro do *Projeto Rural 3.0: Aprendizagem de Serviço para o Desenvolvimento Rural*, a decorrer na ESEVC. Colaborou igualmente um elemento da Autarquia de Viana do Castelo, responsável pelo Departamento de migrações e refugiados, a responsável dos Serviços Educativos do Museu de Barcelos e um grupo de professores e estudantes do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Os conhecimentos explorados nas diversas sessões foram os seguintes:

Com Especialista de Educação para o Desenvolvimento

- Reflexão sobre os conceitos de Educação para o Desenvolvimento (ED), o processo histórico que lhe deu origem e o processo contínuo de aprendizagem que implica;
- Debater questões relacionadas com a conciliação entre o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações;

Com Representante da Câmara Municipal

- Debate sobre conceitos diversos, tais como cidadania, globalização, migrações, inclusão social e medidas necessárias para fazer face a problemas de integração dos refugiados/imigrantes;

- Relacionamento do direito à nacionalidade com os problemas resultantes da livre circulação de pessoas;
- Consciencialização para fenómenos de exclusão e discriminação, relacionando com situações concretas vivenciadas por casos concretos em Viana do Castelo e o tipo de apoios/direitos que o país assegura;
- Discussão da importância de valores como partilha, solidariedade, cooperação e voluntariado e o papel de organismos/associações que apoiam a população.

Grupo de Músicos e Bailarinos “Flauta de Bloco” de Pernambuco

- Valorização dos contributos da partilha da diversidade cultural e artística;
- Reconhecimento das vantagens das parcerias e redes culturais resultantes da globalização;
- Distinção de formas de arte diversas que caracterizam a cultura e identidade;
- Compreensão da obra de arte enquanto interpretação, visão e representação pessoal de uma realidade;
- Desenvolvimento de competências de dança e movimento e integração das diversas artes e cultura contemporânea com a experiência de cada estudante
- Exploração de ritmos e movimentos de Maracatu, Ciranda e Frevo, típicos de Pernambuco (Fig. 4).

Especialista de Recursos Educativos do Museu de Barcelos

- Valorização da tradição da olaria de Barcelos, testemunho de vivências e saberes *hiddenstream*, que o Museu pretende valorizar e salvaguardar para as futuras gerações;
- Reconhecimento de formas de arte diversas que caracterizam a cultura e identidade das comunidades;
- Identificação do artesanato rural como fonte de receita que pode gerar desenvolvimento comunitário;
- Participação individual e em grupo na resolução dos problemas de conhecimento e divulgação do património artístico.
- Desenvolvimento da socialização dos (as) estudantes face à sua herança multicultural.

Recursos/ Estratégias/ Procedimentos

Foram utilizadas histórias reais relatadas pelos(as) convidados, recorreu-se a artistas de outros continentes; utilizaram-se instrumentos musicais; Imagens projetadas fixas e em movimento. Houve troca de experiências sobre situações concretas relacionadas com migrações, refugiados, discriminação e solidariedade.

Sendo o acesso à cultura uma questão primordial para o crescimento e parte indissociável dos direitos humanos, o museu assume-se como promotor da cultura, potenciando a formação cultural dos indivíduos, através de aprendizagens não formais. Através dos Serviços Educativos as instituições culturais, nomeadamente os museus, assumem um papel fundamental na formação do ser humano ao longo da vida. A vinda à ESE da responsável dos Serviços Educativos do Museu de Barcelos promoveu a sensibilização dos(as) estudantes para esse espaço de intervenção e de acesso ao património cultural e as manifestações culturais. Essa aproximação e contacto teve o objetivo de facilitar a compreensão das obras do museu e despertar as curiosidades. A análise do figurado de Barcelos permitiu constatar como muitas peças insinuam uma leitura crítica do real, um olhar personalizado (Moura e Cruz, 2006, p.45), em que o artesão projeta nas suas peças a sua realidade através da cópia, mas também a que imagina. As peças convertem-se no espelho de uma realidade e servem, tal como Milhazes refere (2002, p.16).

As análises aos diversos conteúdos previamente mencionados, foram direcionadas para as mudanças das últimas décadas e para o impacto no mundo social contemporâneo. A globalização foi associada a uma das maiores forças de transformação das relações humanas, da paisagem social e cultural moderna e do desenvolvimento tecnológico. Os convidados exploraram conceitos de transmissão e transformação cultural e valores de cidadania e falaram da riqueza da diversidade cultural como um fator essencial na construção da democracia. As atividades relacionadas com crítica de arte e ensino interdisciplinar foram consideradas uma via natural para ajudar os estudantes a encontrarem o 'outro' e a viverem caminhos culturalmente diferentes. Imagens projetadas, filmes e participação em workshops com artistas de outras culturas, permitiram a discussão de estereótipos associados a pessoas e às artes tradicionais e dos países em desenvolvimento, apelidadas, ainda por muitos, de exóticas ou primitivas e refletiu-se sobre a forma como se perpetua a ideia de que o artesanato é menos importante do que as artes visuais e que a melhor arte do mundo é produzida por Europeus (Chalmers, 1996).

Apreciações dos Estudantes acerca das Sessões

(...) As atividades que são desenvolvidas pretendem estimular e incentivar a ligação do Museu de Barcelos a toda a comunidade, tendo maior influência no público mais novo (...) Barcelos é reco-

nhecida como uma cidade educadora (...). A aula foi muito gratificante e de uma enorme aprendizagem (BA, LEB, 3º ano, 27 de setembro 2018)

Na primeira sessão falou-se do aparecimento das primeiras peças de barro na pré-história e da utilidade que tinha a época (...) (ACM, LEB, 3º ano, 27 de setembro 2018)

(...) Ciranda é mais um tipo de dança e música, igualmente com origem em Pernambuco, criada pelas mulheres dos pescadores que cantavam e dançavam, enquanto esperavam que eles voltassem do mar. Um ritmo caracterizado pela união, pois forma-se uma grande roda onde os participantes dançam ao som de um ritmo lento e repetido. Talvez aquele que mais facilmente interiorizamos e que mais nos agradou, pois reatizamos-lo em grupo. (...) (MV, CTESP IEC, 1º ano, 3 de outubro 2018)

Comentários Finais

Os diferentes comentários levam-nos a acreditar que tais sessões proporcionaram aos estudantes acesso a conhecimento e informação fundamental para funcionarem mais eficazmente na sua sociedade e na comunidade global. Descreve-se o percurso do ensino da Psicologia Comunitária como formação especializada no âmbito da Psicologia e como curriculum formativo autónomo, bem como o debate sobre as competências profissionais neste domínio científico-pedagógico. A metodologia de aprendizagem de serviço revela-se como uma poderosa estratégia ativa de ensino da educação social e a arte desempenha um papel importante, no aprofundamento de conhecimentos culturais, históricos e sociais dos estudantes (incluindo o conhecimento de outros povos e culturas) e no desenvolvimento de uma melhor compreensão do mundo.

O confronto dos estudantes com os novos desafios do século XXI, permitiu-nos verificar que o desconhecimento que se presencia na maioria dos e das estudantes relativamente a estas questões relevantes da sua comunidade local, regional, europeia e global, deu lugar a debates e reações que indiciam o seu interesse em poderem contribuir decisivamente para o desenvolvimento das nossas comunidades, sendo por isso necessário que lhes proporcionemos oportunidades para que possam participar ativamente na busca de soluções para os problemas sociais, de forma a torna-

rem-se cidadãos e cidadãs ativos e solidários. Na Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos Humanos pode ler-se:

A educação para a cidadania democrática engloba a educação, a formação, a sensibilização, a informação, as práticas e as atividades que visam, através da aquisição pelos aprendentes de conhecimentos e competências, da compreensão e do desenvolvimento das suas atitudes e dos seus comportamentos, capacitá-los para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática, a fim de promover e proteger a democracia e o primado do direito. (p.4)

Estas sessões foram um primeiro passo para a sua sensibilização para as questões como a imigração, os direitos humanos, questões de cidadania e a possibilidade de melhor interpretarem a nova estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022), pretendendo dar resposta a uma das principais conclusões da sua avaliação externa, que propõe proceder à atualização da Estratégia, tendo como base 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A análise dos resultados permite concluir que os estudantes que tiveram acesso à reflexão sobre Educação para o Desenvolvimento através das Artes, reconhecem a importância deste conhecimento. À semelhança de outros estudos com idênticas preocupações sociais (Ornelas & Vargas, 2014, p. 41), também neste caso se procurou responder a um duplo desafio de preparar os futuros profissionais de Artes e Tecnologias, Educação Básica e Intervenção Educativa em Creche, com um conjunto de princípios e valores, através do desenvolvimento de abordagens curriculares que lhes proporcionaram um contacto com conceitos e recursos, que lhes permitirão desenvolver com mais confiança programas de intervenção coerentes e alinhados com os pressupostos teóricos a que tiveram acesso.

Referências Bibliográficas

- Allison, B. (1982). Identifying the core in art and design. *Journal of Art and Design Education*, 1(1), 59-66.
- Allison, B. (1992). A Global Perspective to Curriculum Development in Art Education, comunicação integrada na 1ª Conferência Internacional sobre Educação Artística *International Perspectives in Art Education*. Viana do Castelo: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico.
- Allison, B. (1972). *Art Education and teaching about the art of Asia and Latin America*. London: VCDAD Education Unit.
- Banks, J. (2004). Teaching for social justice, diversity and citizenship in a global world. *The Educational Forum*, 68, 289-298
- Bayo, P. B., Loma, G. F., & Aristizábal, A. B. (2004). *La educación para el desarrollo en el ámbito formal, espacio común de la cooperación y la educación: Propuestas para una estrategia de acción integrada*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia.
- Boni, A. (2006). La Educación para el Desarrollo orientada al Desarrollo Humano. In A. Boni & A. Pérez Foguet (Ed.), *Construir Construir la ciudadanía global desde la universidad: Propuestas pedagógicas para la introducción de la Educación para el Desarrollo en las Enseñanzas científico-técnicas*. Barcelona: Intermón Oxfam
- Cahan, S. & Kocur, Z. (1996). *Contemporary art and multicultural Education*. London: Routledge.
- Chalmers, G. (1996). *Celebrating pluralismo: art, Education and cultural diversity*. Los Angeles: Getty Institute for Education in the Arts.
- Celorio, G., & López de Munain, A. (2007). La educación transformadora ante los retos de la globalización. In *Actas del III Congreso de Educación para el Desarrollo*. Bilbao, Hegoa. Disponível em <http://biblioteca2012.hegoa.efaber.net/registros/16449>
- Council of Europe.(2012). Carta do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/carta-do-conselho-da-europa-sobre-educacao-para-cidadania-democratica-e-para-os-direitos-humanos>
- Declaração de Maastricht sobre a Educação Global (2002). Disponível em http://www.coe.int/t/dg4/nscentre/Resources/Publications/GE_Maastricht_Nov2002.pdf
- Decreto Lei no 55/2018 de 6 de Julho do Ministério da Educação. Diário da República: I série, Nº 129. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec->

lei/55/2018/07/06/p/dre/pt/html

Diário da República (2018). *Resolução do Conselho de Ministros nº 94/ 2018*, pp.3190-3202. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/resolconsmin/94/2018/07/16/p/dre/pt/html>

Direção Geral de Educação (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENED)*. Disponível em <http://www.dge.mec.pt/estrategia-nacional-de-educacao-para-cidadania>

Gomes, C. S., Brocardo, J. L., Pedrosa, J. V., Carrillo, J. L., Ucha, L. M., Encarnação, M., & Rodrigues, S. V. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação.

Gouveia, C. (fevereiro, 2008). *Educação para o Desenvolvimento. Educar sem fronteiras*. Boletim, 4.

Hernández, F. (2000). *Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho*. Porto Alegre: Artmed.

Mason, R. (1988). *Art Education and multiculturalismo*, (2nd ed.). Corsham: NSEAD.

Milhazes, M.C. (2002). *Figurado: Uma Visão do Mundo*. Barcelos: Museu Aberto #7.

Morin, E. (2004). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. (9ª ed.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

Moura, A. (2009). *Educação cívica, artes e formação de professores*. In *Diálogos com a arte* (pp. 127-146). Braga: CESC Universidade do Minho.

Moura, A. (2000). *Prejudice reduction in teaching and learning Portuguese cultural heritage*. PhD Dissertation. University of Surrey/Roehampton, London.

Moura, A. & Cruz, A. (2006). *Tradições hiddenstream em Arte: Valores e Preconceitos*. *Ensinarte- revista das artes em contexto educativo*. (7/8), 42-50.

Opazo, H., Aramburuzabala, P. & García-Peinado, R. (2014). *Servive-Learning Methodology As a Tool of Ethical Development: Reflections From The University Experience*. *AISHE-J*, 6 (1), 1531.

Omela, J. & Vargas-Moniz, M. (2014). *Formação em Psicologia Comunitária*. *Educar em Revista*, (53) 39-58.